MEIO AMBIENTE
Secretaria de Estado do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos / SEMAR

Piauí
GOVERNO DO ESTADO

PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PRÉVIA

Nº PI-PLP.08740-5/2025

PROCESSO: **PLP.08700-9/2025**
VALIDADE: **01/10/2029**

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí , no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual Nº 4.854, de 10 de julho de 1996, e de acordo com os procedimentos de Licenciamento Ambiental estabelecidos pela Lei Federal N° 6.938, de 31 de Agosto de 1981, e suas alterações, regulamentada pelo Decreto Nº 99.274, de 06 de junho de 1990 , resolve expedir a(o) presente LICENÇA AMBIENTAL, nos termos, características e condições seguintes.

EMPREENDEDOR

NOME

BEP - BRAZILIAN ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

CPF/CNPJ

23.414.607/0001-13

EMPREENDIMENTO

NOME

UTE PORTINHO BEP

ATIVIDADES

ATIV.8777

GERAÇÃO DE TERMOELETRICIDADE A PARTIR DE GÁS NATURAL (D2-002)

Características:

Capacidade Instalada: 299,0 MW

Município:

Bom Princípio do Piauí (PI)

Coordenadas Geográficas:

03°03'26.72"S / 41°36'42.37"O

MEMORIAL DESCRITIVO

(-41.61176944444445, -3.0574222222222223)

Assinado eletronicamente por Catharina Teixeira Cortez (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 22/12/2025 às 10:25
[lxRzdmCdaZkPFvzMii89DBcfFhtelmTpAMv5AvG1WNP4fVBcz0KdF1eU4eGONB9i]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 23/12/2025 às 13:36
[OF9AvjVFOSjtuXi1k9jAku3g1IMn86LMYgkDRuygjDIRYvAxZQekI8T97dfnxFz5]

Emitido eletronicamente em 23/12/2025 13:36 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.181020-3/2025.222F.9908.0386]



Esta LICENÇA AMBIENTAL é válida até **01/10/2029** desde que observadas as Condições Gerais e Condições Específicas descritas neste documento.

CONDIÇÕES GERAIS

i. Esta Prorrogação de Licença Prévia – PLP deverá ser publicada em jornal de circulação local, primeiro caderno e no Diário Oficial do Estado conforme Lei n° 6.938/81,Art.10, §1° e Resolução CONAMA 06/86, devendo as cópias dessas publicações ser apresentadas a esta Secretaria, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

ii. Quando no empreendimento houver áreas de reserva legal, estas deverão ser concentradas e, sempre que possível, contíguas às áreas de reserva legal dos empreendimentos vizinhos, existentes ou programados (aplicação do Art. 2º, do Decreto Estadual nº 11.126/2003), assim como às áreas de preservação permanente (Lei Federal nº 471/65), quando houver (aplicação do Art. 3º, do citado

Assinado eletronicamente por Catharina Teixeira Cortez (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 22/12/2025 às 10:25
[lxRzdmCdaZkPFvzMii89DBcfFhtelmTpAMv5AvG1WNP4fVBcz0KdF1eU4eGONB9i]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 23/12/2025 às 13:36
[OF9AvjVFOSjtuXi1k9jAku3g1IMn86LMYgkDRuygjDIRYvAxZQekI8T97dfnxFz5]

Emitido eletronicamente em 23/12/2025 13:36 pelo sistema SIGA
A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:
[SIGA.181020-3/2025.222F.9908.0386]

Decreto).

iii. Em qualquer fase do empreendimento, se houver a descoberta fortuita de qualquer elemento de interesse arqueológico ou pré-histórico, o empreendedor ficará obrigado a comunicar o fato imediatamente à SEMAR e ao IPHAN.

iv. A Licença de Instalação (LI), será emitida após, apresentação, análise e aprovação do Estudo Ambiental.

v. Qualquer alteração nas especificações do projeto deverá ser precedida de anuência da SEMAR.

vi. Apresentar cópia desta Licença ao requerer a Licença de Instalação.

vii. O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais. (Parágrafo Único, Art. 11, Resolução CONAMA 237/97)

viii. Para empreendimentos agropecuários, os usuários de agrotóxicos, seus componentes e afins deverão efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, de acordo com as instruções previstas nas respectivas bulas, no prazo de até um ano, contado da data de compra, ou prazo superior, se autorizado pelo órgão registrante, podendo a devolução ser intermediada por postos ou centros de recolhimento, desde que autorizados e fiscalizados pelo órgão competente. (§ 2º, Art. 1º da Lei 9.974, de 06 de junho 2000)

ix. Atender a todas as recomendações sugeridas no estudo e adotar ainda todas as precauções necessárias a fim de que se evitem danos ao meio ambiente, bem como a efetiva implantação dos planos e programas de controle ambiental citados.e Concessão da Licença da presente Licença.

x. Conforme inciso II, Art. 66 do Decreto Federal Nº 6514, de 22 de Julho de 2008, o não atendimento às condicionantes estabelecidas em Licença Ambiental ensejará na aplicação nas sanções previstas no referido Decreto.

xi. Atender a todas as recomendações sugeridas no estudo e adotar ainda todas as precauções necessárias a fim de que se evitem danos ao meio ambiente, bem como a efetiva implantação dos planos e programas de controle ambiental citados.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

Não há Condições Específicas para esta "Prorrogação de Licença Prévia (PLP)"

OBSERVAÇÕES

Esta LP é emitida com base no Decreto Estadual nº 20.010/2021 e, portanto, para a sua prorrogação ou emissão da LI é condição indeclinável a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e, respectivo, Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), cuja elaboração deverá observar as balizas

Assinado eletronicamente por Catharina Teixeira Cortez (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 22/12/2025 às 10:25
[lxRzdmCdaZkPFvzMii89DBcfFhtelmTpAMv5AvG1WNP4fVBcz0KdF1eU4eGONB9i]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 23/12/2025 às 13:36
[OF9AvjVFOSjtuXi1k9jAku3g1IMn86LMYgkDRuygjDIRYvAxZQekI8T97dfnxFz5]

Emitido eletronicamente em 23/12/2025 13:36 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.181020-3/2025.222F.9908.0386]

preconizadas pela Res. CONAMA nº 001/1986 e pelos Termos de Referência constantes do Anexo I, da IN SEMAR nº 007/2021.

Fica o empreendedor ainda ciente de que, após entrega do RIMA, esta SEMARH fixará o edital a abertura do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para solicitação de audiência pública, observando as disposições constantes da Lei Estadual nº 6.947/2017 e da Res. CONAMA nº 009/1987.

Esta Licença Prévia atesta a viabilidade ambiental e locacional da atividade proposta, com base nas informações prestadas pelo empreendedor neste expediente.

Esta Licença Ambiental contempla a atividade de Geração de Termoeletricidade a partir de biocombustíveis.

Esta licença contempla a atividade de regaseificação para o gás natural.

Teresina (PI), 23/12/2025

(assinado eletronicamente)
Catharina Teixeira Cortez
Analista Governamental | Auditora Ambiental
Diretoria de Licenciamento Ambiental

(assinado eletronicamente)
VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO
Diretora de Licenciamento Ambiental
Superintendência de Meio Ambiente

Assinado eletronicamente por Catharina Teixeira Cortez (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 22/12/2025 às 10:25
[lxRzdmCdaZkPFvzMii89DBcfFhtelmTpAMv5AvG1WNP4fVBcz0KdF1eU4eGONB9i]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 23/12/2025 às 13:36
[OF9AvjVFOSjtuXi1k9jAku3g1IMn86LMYgkDRuygjDIRYvAxZQekI8T97dfnxFz5]

Emitido eletronicamente em 23/12/2025 13:36 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.181020-3/2025.222F.9908.0386]